

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo

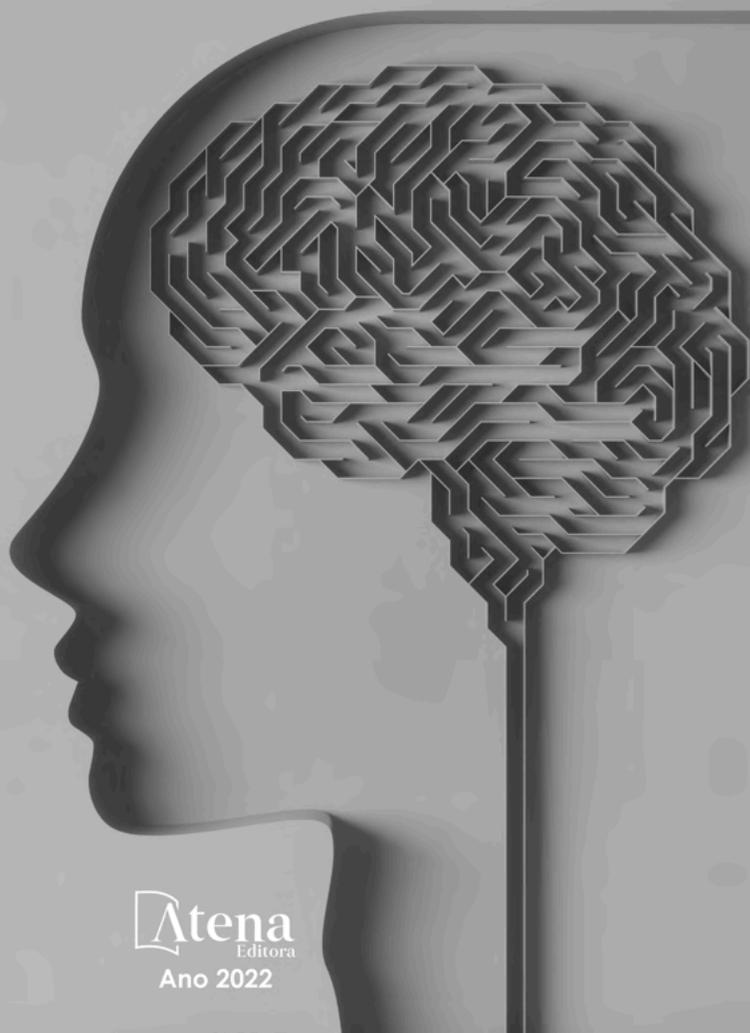


Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0381-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.814222906>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia como ciência e seu(s) objeto(s) de estudo*, reúne neste volume dezenove artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A PASSAGEM ADOLESCENTE EM D.W. WINNICOTT

Érika Maria Foresti Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229061>

CAPÍTULO 2..... 8

A EXPERIÊNCIA DO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE: UMA ARTICULAÇÃO COM A GESTALT-TERAPIA

Alanna Luciano de Lucena

Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229062>

CAPÍTULO 3..... 29

A CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO, PRAXIA E MEMORIZAÇÃO DE ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE

Cecília Souza Oliveira

Fernanda Rabelo Cursino Santos

Gabriela Souza Silva

Raquel Nogueira da Cruz

Lucas Emmanuel Lopes e Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229063>

CAPÍTULO 4..... 40

ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR COM FOCO NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Andressa do Nascimento Cibien

Quellen Potter Regason

Rosane Paz Souza

Lenise Álvares Collares

Suzana Catanio dos Santos Nardi

Andréia Quadros Rosa

Stefania Martins Teixeira Torma

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229064>

CAPÍTULO 5..... 59

VIVÊNCIA ACADÊMICA DE INGRESSOS UNIVERSITÁRIOS E SEUS IMPACTOS: ANSIEDADE E O PAPEL DA INSTITUIÇÃO COMO REGULADORA DESTE TRANSTORNO

Ellen Gabriela Alves Monteiro

Luiz Filipe Almeida Rezende

Lustarllone Bento de Oliveira

Felipe Queiroz da Silva

Patrícia Monteiro Silva

Nayla Júlia Silva Pinto

Maria Auxiliadora Miranda Leal

Camila Fernanda Paula Silva

Mariza Cardoso de Souza
Luzinei dos Santos Braz
Thais Mikaelly Almeida Pereira
André Alves Oliveira
Karen Setenta Loiola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229065>

CAPÍTULO 6..... 74

DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE PESSOAL SEGUNDO A PERSPETIVA DE JAMES MARCIA

Laura Maria de Almeida dos Reis
Maria Narcisa Gonçalves
Berta Salazar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229066>

CAPÍTULO 7..... 83

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Isabela Leonizia Ostorero de Araújo
Jéssica Souza Santos
Vivian Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229067>

CAPÍTULO 8..... 101

PRIORIDADE HUMANITÁRIA-ECONÔMICA NA PANDEMIA DA COVID-19: VALIDAÇÃO DE UMA ESCALA PSICOMÉTRICA

Liana Filgueira Albuquerque
Maíra Cordeiro dos Santos
Simone Farias Moura Cabral
Thais Emanuele Galdino Pessoa
Valdiney Veloso Gouveia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229068>

CAPÍTULO 9..... 114

UM ESTUDO DOCUMENTAL DA REGULAMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

Francisca Talitta Muniz Saboya
Lorena Fragoso Silva
Ellen Cristina Gabriel da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8142229069>

CAPÍTULO 10..... 132

COVID-19: QUAL É O IMPACTO NO BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE?

Ana Clara Fidelis Bernardo
Suelen Lima Bach

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290610>

CAPÍTULO 11	144
PROGRAMAS PSICOEDUCATIVOS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTIL PARA CUIDADORES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	
Gabriela de Araújo Braz dos Santos Ana Cláudia de Azevedo Peixoto Maria Alice Ribeiro Lins Andrade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290611	
CAPÍTULO 12	159
CRIANÇAS DIANTE DA MORTE:ANÁLISE DE LIVROS INFANTIS	
Larissa Ruiz Costa Alberto Mesaque Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290612	
CAPÍTULO 13	172
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O BULLYING COMO FENÔMENO PROJATIVO	
Paulo Roberto Soares Roiz Júnior Maria da Conceição Almeida Vita Anastácia Nunes Dourado Egon Ralf Souza Vidal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290613	
CAPÍTULO 14	184
SALA DAS MARGARIDAS: UM ESPAÇO PARA ESCUTA E ACOLHIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Camila Espindula da Silva Suzana Catanio dos Santos Nardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290614	
CAPÍTULO 15	197
A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DO APARATO JUDICIÁRIO NAS QUESTÕES DE DIREITOS DAS MULHERES	
Giovana Batista de Lima Thais Yazawa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290615	
CAPÍTULO 16	205
ASSOCIAÇÃO ENTRE HIPOGLICEMIA, DÉFICIT COGNITIVO E DEMÊNCIA EM IDOSOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2	
Maria Helena Marques Dias Joseane Jiménez Rojas Adriano Martimbianco de Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290616	

CAPÍTULO 17	215
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA CONVIVER BEM COM O DIABETES	
Marlene Buzzi Maiochi	
Ernani de Souza Guimarães Júnior	
Letícia Helena de Castro Naves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290617	
CAPÍTULO 18	229
CARGAS DE TRABALHO E VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO LABORAIS DE MOTORISTAS QUE PRESTAM SERVIÇOS PARA PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	
Daiane de Oliveira Fernandes	
Paulo Cezar Bandeira Júnior	
Fabianno Andrade Lyra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290618	
CAPÍTULO 19	242
ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DO ECOPARK OESTE SEGUNDO NBR 9050/2020 NA CIDADE DE CASCAVEL – PR	
Julinei Antonio Jeziorny	
João Pedro Chaulet Messias	
Rodrigo Techio Bressan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81422290619	
SOBRE O ORGANIZADOR	265
ÍNDICE REMISSIVO	266

CAPÍTULO 11

PROGRAMAS PSICOEDUCATIVOS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA INFANTIL PARA CUIDADORES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Data de aceite: 01/06/2022

Gabriela de Araújo Braz dos Santos

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto

Maria Alice Ribeiro Lins Andrade

RESUMO: O presente artigo busca demonstrar que ações de prevenção à violência infantil são importantes para a proteção integral desta população. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo a realização de uma Revisão Integrativa da literatura nacional a respeito dos programas de psicoeducação para cuidadores na prevenção à violência infantil e a utilização do Programa *Raising Safe Kids*(ACT-RSK). Foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scielo, BVS, Pepsic e PubMed. Foram encontrados 622 artigos nas plataformas analisadas e, seguindo a leitura dos resumos, foram excluídos os que não se referiam à temática. Somente 9 artigos atenderam aos critérios de inclusão ou exclusão. A literatura aponta que as ações de prevenção à violência infantil, bem como seu combate, são de cunho coletivo, exigindo esforço de todas as esferas que compõem o ambiente da criança. Destaca-se, assim, que as ações preventivas que envolvam diferentes contextos são essenciais para a redução dos riscos de violência, incluindo as estratégias de proteção e promoção da qualidade de vida que integram os princípios fundamentais de atenção e de direitos desta população.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de Prevenção;

Violência infantil; Programa Raising Safe Kids; Educação parental.

PREVENTING CHILD VIOLENCE USING THE ACT- RAISING SAFE KIDS PROGRAM

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate actions to prevent child violence and its importance in the integral protection of this population. This work aims to carry out an Integrative Review of the literature on the scope of psychoeducation programs for caregivers in preventing child violence and the use of the Raising Safe Kids Program (ACT-RSK). A bibliographic survey was carried out in the Scielo, VHL, Pepsic and PubMed databases. 622 articles were found on the analyzed platforms and, following the reading of the abstracts, those that did not refer to the topic were excluded. Only 9 articles met the inclusion or exclusion criteria. The literature points out that actions to prevent child violence, as well as its combat, are surrounding collective actions, requiring effort from all spheres that make up the child's environment. Preventive actions involving different contexts are essential to reduce the risk of violence, including strategies to protect and promote quality of life that integrate the fundamental principles of care and rights of this population.

KEYWORDS: Prevention Programs; Child violence; Raising Safe Kids Program; Parental education.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento do fenômeno da

violência contra crianças e adolescentes tem sido um dos grandes problemas da sociedade brasileira, acarretando consequências significativas para esta população. A violência contra crianças é considerada fator de risco, podendo gerar psicopatologias como transtorno do estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de aprendizagem e de personalidade etc. (HABIGZANG; KOLLER, 2011). A exposição à violência nessa fase da vida pode também alterar o funcionamento cognitivo, emocional e comportamental, dificultando o alcance das tarefas evolutivas relacionadas ao desenvolvimento infantil.

É sabido que a violência infantil se tornou um problema de saúde pública e, por isso, deve ser combatida pelo Estado, sociedade, família e agentes sociais que envolvem a criança de uma forma geral (SOUSA *et al.*, 2016). Estudos sobre essa problemática são fundamentais, visto que subsidiam ações de cunho preventivo e interventivo, ampliando também a conscientização que envolve essa temática.

Importante ressaltar que as experiências violentas no contexto familiar atuam como fator de vulnerabilidade, diminuindo a proteção necessária ao pleno desenvolvimento da infância (LISBOA; HABIGZANG, 2017). Segundo os casos de abuso sexual analisados pela Instituição de Proteção à infância e adolescência Childhood Brasil (2019), o local apresentado com maior índice de ocorrência da violência foi a casa da vítima (38%). Levando dados como esse em conta, os programas parentais têm se mostrado como um diferencial nas estratégias preventivas e cazes, uma vez que essas ações são consideradas essenciais para dirimir consequências adversas ao desenvolvimento e bem-estar das crianças (PONTES, 2015).

Refletindo sobre a necessidade de estratégias efetivas de prevenção, entende-se que uma intervenção cujo foco seja direcionado à maneira de agir dos cuidadores passa a ser fundamental, uma vez que pode signi car uma alternativa de melhora na qualidade de vida intrafamiliar. Dados da literatura sobre essa temática informam que ensinar crianças maneiras positivas de lidar com as emoções, desenvolvendo habilidades de resolução de conflitos contribui como um fator protetivo ao pleno desenvolvimento da criança (SILVA; WILLIAMS, 2016).

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de apresentar o programa ACT-*Raising Safe Kids* (ACT-RSK), como um dos instrumentos indicados para prevenção à violência infantil. O mesmo foi desenvolvido pela *American Psychological Association* - APA como um programa parental de prevenção universal à violência praticada contra a criança, ao promover atitudes de proteção que sejam contrárias à violência. Dessa forma, proporciona-se um ambiente de relações saudáveis, facilitando os objetivos da prevenção (WOLFE; JAFFE, 1999 apud PONTES, 2015).

TEORIA BIOECOLÓGICA E PROGRAMAS DE PSICOEDUCAÇÃO

Considerando a peculiaridade do desenvolvimento de crianças e adolescentes,

pode-se afirmar que esses indivíduos fazem parte dos grupos sociais mais vulneráveis à ocorrência de violência. Dessa maneira, profissionais que estão próximos a este público precisam dar atenção para as especificidades dessas pessoas, buscando alertar para vulnerabilidades, riscos e possibilidades de prevenção, cuidados e proteção (BRASIL, 2010).

Nesse caminho, ao pactuar estratégias preventivas para atenção à saúde de crianças e seus familiares em situação de violência, busca-se a promoção de saúde no sentido de proteção da pessoa e o controle dos possíveis riscos. A priori, o Ministério da Saúde, entende prevenção como “uma estratégia de promoção da saúde, na medida em que previne e controla os agravos, por meio da proteção e defesa de indivíduos e grupos que se encontram em situações de riscos e de vulnerabilidades específicas” (BRASIL, 2010 p. 13).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), ações preventivas na comunidade são essenciais para a redução dos riscos de violência. Neste sentido, os objetivos de um programa de prevenção estão voltados ao ensino do uso efetivo das estratégias para mudança dos fatores de risco e a construção do repertório de habilidades sociais e de resolução de problemas, com vistas a sanar as consequências da violência.

Programas de psicoeducação familiar, que visam orientar e ensinar os cuidadores sobre práticas parentais saudáveis, constroem sua base teórica nos conceitos das teorias comportamentalistas e da aprendizagem social (SILVA; WILLIAMS, 2016). Ainda, alguns programas consideram os aspectos cognitivos, se atentando para a influência do vínculo seguro no desenvolvimento saudável (BORTOLINI; WAINER, 2019).

No que se refere à prevenção da violência, determinados programas atuam prevenindo precocemente o ciclo da violência, focando-se no trabalho com adultos importantes na vida da criança e que exerçam influência sobre o seu desenvolvimento (MIGUEL; HOWE, 2006). Neste aspecto, a prevenção precisa alcançar outros contextos além da família. Tal colocação demonstra a necessidade de prevenção do nível micro ao macrossistema para construir mudanças em favorecimento do contexto social. Entende-se por microsistema as relações pessoais, experiências e atividades que a pessoa desenvolve no contexto mais pessoal e íntimo que ela vivencia, e o macrossistema diz respeito ao padrão global relacionado a cultura, ao governo, valores da sociedade, religiões etc., presentes no cotidiano da pessoa.

Em consonância com tal ideia, a Teoria Bioecológica do desenvolvimento, de Urie Bronfenbrenner (1917-2005), pode ser facilmente aplicada em programas de psicoeducação com foco na prevenção à violência, uma vez que prioriza em seus conceitos que crianças influenciam os próprios ambientes onde se encontram quando começam a estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas e, logo, são influenciadas ao mesmo tempo (BRONFENBRENNER, 1977; 1996).

As características particulares de desenvolvimento de uma pessoa encontram

significado e plena expressão na sua interação com um determinado ambiente (MARTINS; SYMANSKI, 2004). Sob o mesmo ponto de vista, as características do ambiente onde a criança convive são decisivas para favorecerem ou dificultarem o alcance de seu potencial de desenvolvimento, ou seja, algumas experiências que envolvem a criança ou adolescente, podem deixá-los mais vulneráveis à violência ou podem torná-los mais protegidos, dificultando o acometimento da violência (BRASIL, 2010).

A Teoria Bioecológica compreende os diferentes aspectos da vida, seja o tempo em que o indivíduo vive, os ambientes dos quais participa e as relações que estabelece. Similarmente, os programas de prevenção, cujo objetivo seja a psicoeducação de práticas parentais positivas, buscam avaliar os aspectos de risco dos ambientes e promover relações familiares saudáveis (POLLETO; KOLLER, 2008).

Outrossim, os aspectos do desenvolvimento bioecológico, tais como: o processo – reciprocidade entre as pessoas; a pessoa – características biopsicológicas e as características construídas pelo indivíduo; o contexto – padrão de atividades que envolvem os ambientes em que o indivíduo está inserido; o tempo – influência que a passagem do tempo gera ao longo do ciclo da vida do indivíduo, permitem uma compreensão mais plena do desenvolvimento infantil. Do mesmo modo, programas de prevenção que se propõem olhar os diversos contextos da criança, trabalhar em conjunto com escolas e instituições constroem uma avaliação capaz de identificar as necessidades das crianças relacionadas à situação de violência, oferecendo suporte adequado (PETERSEN, 2011; PONTES, 2015).

De fato, o desenvolvimento humano ocorre permeado por esses processos de interação entre as pessoas, objetos e símbolos, em seu ambiente que são influenciados e influenciam múltiplos elementos que fazem parte de um todo social (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). Esses processos são denominados como “processos proximais” entendidos como “formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e compreendem os primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano” (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p. 994).

Certamente, ao discutir sobre programas de prevenção à violência, abre-se o debate para a promoção de saúde com o engajamento nas questões sociais. A relação entre os diversos contextos também pode ser considerada na prevenção à violência baseando-se no modelo ecológico para desenvolver fatores de proteção à criança, ajuda às famílias e compartilhamento das habilidades de enfrentamento a violência infantil (PONTES, 2015). Importante ressaltar que o modelo ecológico busca entender a concepção de pessoa na sua passagem pelo desenvolvimento conectado com seu ambiente. Segundo Bronfenbrenner (1996; p. 18) “a ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico de acomodação progressiva mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive”.

A prevenção proporciona desenvolvimento saudável e funciona a partir da conexão

entre família e comunidade. Segundo os resultados de um estudo com mães em situação de risco, o abuso infantil diminui quando o conhecimento sobre como educar aumenta e habilidades parentais são reforçadas. Essas habilidades podem ser observadas quando os responsáveis conseguem colocar limites com afeto, quando auxiliam a expressividade emocional dos filhos, ou quando ajudam as crianças na utilização de estratégias funcionais para lidar com as adversidades (DUMONT *et al.*, 2000 apud ANTUNES; MACHADO, 2012). Com isso, programas psicoeducativos estimulam ambiente familiar e rede social favorável a uma promoção de comportamentos adaptativos frente às experiências adversas.

Também, diversos pesquisadores tornam evidente que os cuidadores são figura estruturantes do desenvolvimento emocional saudável dos seus filhos (BORTOLINI; WAINER, 2019). Assim, o trabalho de prevenção assume grande relevância configurando-se em uma alternativa para trabalhar as consequências da violência infantil, e uma possibilidade de promover mudanças mais profundas nos padrões disfuncionais.

PROGRAMA ACT - EDUCANDO CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

O Programa *Raising Safe Kids* (ACT-RSK), as iniciais ACT significam *Adults and Children Together* (Adultos e Crianças em Conjunto). O programa ACT baseia-se em uma abordagem psicoeducacional, alinhando aprendizagem de conteúdos teóricos com práticas de habilidades num contexto de interações. O ACT foi desenvolvido pela *American Psychological Association*– APA, para atender como um programa parental de prevenção universal à violência praticada contra a criança, e teve uma versão traduzida para o português: Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros (SILVA, 2011). O programa compreende nove sessões e visa o treinamento de profissionais e cuidadores de crianças a definirem comportamentos infantis apropriados a cada etapa do desenvolvimento, enfatizando a importância do papel positivo para a criança no sentido de monitorar e guiar o comportamento desta sem o uso da violência ao utilizar práticas pró-sociais na educação da mesma. Ele também enfatiza o envolvimento de pais nas escolas e comunidades para a prevenção da exposição da criança à violência e foca nove pontos: entrevista motivacional e mudança de comportamento; entender os comportamentos das crianças; impacto da exposição da violência na vida das crianças; entender e controlar a raiva (adultos) protetores das crianças; compreender e ajudar crianças quando elas têm raiva; entender e controlar o impacto da mídia eletrônica; estratégias positivas de resolução de conflitos; disciplina para ensinar comportamentos positivos, apropriados; papel dos pais: professores, defensores e cuidadores (SILVA, 2011).

O objetivo deste tópico consiste na realização de uma Revisão Integrativa da literatura sobre o escopo dos programas de psicoeducação para cuidadores na prevenção à violência infantil e a utilização do Programa ACT. Sobre a realização da Revisão

Integrativa, as buscas foram realizadas no segundo semestre de 2019 nas bases: Scielo, Pepsic, PubMed e na Biblioteca Virtual em saúde (BVS). Não houve limite para a data de publicação, sendo selecionados artigos, dissertações ou teses, independentemente do tempo de publicação.

Foram realizadas 11 combinações das seguintes palavras-chaves: “ACT: Raising Safe Kids” AND “prevenção à violência AND crianças”; “prevenção à violência” AND “violência contra crianças e adolescentes” AND “ACT”; “programa de prevenção” AND “violência contra crianças” AND “ACT: Raising safe kids”; “violência contra crianças e adolescentes” AND “práticas parentais” AND “programa ACT”; “violência” AND “crianças e adolescentes”; “violência contra crianças” AND “promoção de saúde e prevenção à violência”; “promoção de saúde e prevenção à violência” AND “violência contra crianças e adolescentes”; “práticas parentais” AND “educação parental” AND “violência contra crianças e adolescentes”; “promoção de saúde” AND “promoção dos direitos da criança e do adolescente”; “ACT” AND “prevenção” AND “violência”; “ACT: Raising safe Kids”.

Os critérios de inclusão englobaram: ser um trabalho de prevenção da violência infantil com base na psicoeducação de cuidadores; texto completo e disponível; pesquisas de prevenção à saúde ou propostas de intervenção às crianças e famílias. Para finalizar a pesquisa realizou-se a busca nos títulos e resumos da relação entre os trabalhos selecionados e a temática do presente artigo.

A quantidade de artigos encontrados na primeira busca nos portais foram: “Scielo: 12”, “Pepsic: 6”, “BVS: 3.154”, “PubMed: 5”. Após a seleção, considerando-se os critérios de inclusão, obteve-se um total de 622 trabalhos. Realizou-se uma segunda busca a partir do assunto e disponibilidade, totalizando, dessa forma, 36 artigos para análise por título e resumo. Após essa etapa foram selecionados 9 estudos para discussão.

A Tabela 1 apresenta os principais resultados obtidos na revisão, incluindo os objetivos, os instrumentos e os principais resultados dos estudos que foram incluídos na pesquisa. A seguir será apresentada a discussão destes resultados.

Segundo Silva e Williams (2016), o programa ACT tem se mostrado eficaz na prevenção de interações não adaptativas (uso de violência) entre pais e crianças. O programa se baseou em resultados empíricos de prevenção à violência infantil, incluindo intervenções como: treinamento parental grupal com informações acerca do desenvolvimento da criança, fatores de risco para o desenvolvimento saudável, treino em comunicação e outras habilidades sociais, bem como a resolução de conflitos sem o uso da violência (KNOX *et al.*, 2011 apud SILVA; WILLIAMS, 2016). Promover atitudes e comportamentos não violentos reflete uma maneira de se aproximar dos objetivos da prevenção e promoção do desenvolvimento saudável da criança e seus familiares (SILVA; WILLIAMS, 2016).

Para Costa e Brigas (2007), a proteção e a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes representam desafios, cuja amplitude e complexidade ultrapassam

os desafios que as agências de saúde pública habitualmente solucionam. Tais desafios se relacionam com a inabilidade destes indivíduos lidarem sozinhos com as exigências do ambiente, dessa forma, constitui uma população mais vulnerável. Face a esta ideia, vale considerar que crianças e adolescentes são mais vulneráveis à violência, visto tratar-se de seres que exigem do universo adulto a proteção e segurança necessárias para desenvolverem-se melhor (EGRY *et al.*, 2016).

Práticas educativas parentais podem favorecer o desenvolvimento de comportamentos antissociais (resultante de abuso físico, psicológico, negligência e punição inconstante, por exemplo) ou pró-sociais (resultantes de monitoria positiva e comportamento moral), a depender de sua frequência e qualidade (GOMIDE, 2003). Entende-se que as experiências na infância e adolescência são estruturadoras da personalidade. Dessa forma, um ambiente de validação das necessidades emocionais possibilita o desenvolvimento saudável desta personalidade, enquanto um ambiente invalidante pode gerar esquemas disfuncionais (YOUNG *et al.*, 2008). Um ambiente validante compreende a presença de segurança, afeto, apresentação de limites, estímulo a expressão emocional e lazer.

Mussera *et al.* (2018) discutem que a exposição ao ambiente disfuncional pode gerar vulnerabilidade cognitiva, emocional e física, podendo, dessa forma, estimular o desenvolvimento de sintomas relacionados a diferentes psicopatologias, tais como: ansiedade, depressão, stress, déficit de atenção e doenças psicossomáticas. Nessa sequência, programas parentais têm se mostrado como estratégias preventivas eficazes à possíveis consequências da violência, bem como, promotores de saúde em diferentes contextos da criança (SILVA; WILIAMS, 2016).

As discussões nos artigos selecionados na Revisão Integrativa corroboram com a ideia de que um ambiente suficientemente bom ao entorno da criança, pode gerar o atendimento das necessidades básicas emocionais, satisfazendo o esforço para proteção, bem como na execução de ações de intervenção contra à violência infantil. Os autores afirmam que as ações de saúde pública voltadas à infância e juventude devem ser dirigidas por adultos capazes de proteger, cuidar e de garantir a eficácia e o impacto da ação-intervenção. Nesta perspectiva, programas psicoeducativos como o ACT contribuem no desenvolvimento de habilidades pró-sociais enfatizando o envolvimento de cuidadores, escolas e comunidades (COSTA; BRIGAS, 2007; SILVA; WILIAMS, 2016).

Um estudo sobre atendimento às crianças vítimas de violência por enfermeiros revelou que profissionais integrantes da equipe de saúde, precisam ter preparo técnico-científico para atuar na prevenção do abuso e negligência, promover a existência e/ou integrar as redes de apoio na comunidade (THOMANIZE; OLIVEIRA; VIEIRA, 2009). A construção de novos conhecimentos e ferramentas melhoram os mecanismos de proteção e cuidados com a saúde e integração social das crianças e adolescentes (COSTA; BRIGAS, 2007).

Diante disso, a família e a escola são sistemas que acompanharão as intervenções

com crianças, dado o papel que exercem em suas vidas (NEUFELD *et al.*, 2017). Seguindo esta perspectiva de interação, o estudo de Silva e Williams (2016) ilustra que, tal como se pretende em um programa universal de prevenção de violência, o Programa ACT traz importantes benefícios para aprimoramento do estilo parental, contribuindo em conhecimentos e informações novas sobre práticas parentais positivas.

Em consonância com estas ideias, a promoção de saúde voltada à infância e adolescência prioriza a ampla participação das organizações não governamentais – ONG, universidades, governo federal, estadual e municipal, associações de classe, associações comunitárias e comunidades (MINAYO *et al.*, 2018). O trabalho em “rede” se apresenta como uma exigência da realidade social, estimulando o desenvolvimento de práticas integradas, tendo em vista a necessidade de mobilização em torno dos principais problemas sociais que podem comprometer a qualidade de vida, as perspectivas futuras e a integridade de milhares de crianças e adolescentes (COSTA; BRIGAS, 2007; MINAYO *et al.*, 2018).

Em um estudo recente sobre avanços e desafios do tema violência no Sistema Único de Saúde, é possível observar que o estudo da violência contra crianças e adolescentes entrou nas atividades do sistema através dos pediatras, psiquiatras e outros profissionais de saúde e de assistência social que lidavam com esse grupo etário (MINAYO *et al.*, 2018). Segundo as autoras, este movimento ressaltou a atenção para os significativos prejuízos ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde física e mental que a violência proporciona. Florentino (2016) ao citar Romaro e Capitão (2007), destaca que na literatura há concordância entre os especialistas em reconhecer que a criança vítima de abuso e de violência sexual corre o risco de desenvolver uma psicopatologia grave, que perturba sua evolução psicológica, afetiva e sexual.

Nos últimos 40 anos, o tema da prevenção à violência infantil ganhou grande interesse científico e militância, passando a compor a pauta de instituições públicas, privadas e de organizações não governamentais, liderados por profissionais de saúde e movimentos sociais, programas de prevenção primária, secundária (MINAYO *et al.*, 2018). Entretanto, um estudo sobre o desafio da atenção integral às crianças e adolescentes em situação de violência, revela poucas potencialidades na atuação nos casos com ações de prevenção e promoção (GUIMARÃES, 2018). Os resultados desta revisão corroboram com os achados de Guimarães (2018), uma vez que foram poucos os artigos encontrados na pesquisa. Em contrapartida, encontrou-se alguns trabalhos que priorizam a prevenção à violência no Sistema Único de Saúde (SUS). Um destes, foi a instituição da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde em 2004 (MINAYO *et al.*, 2018).

Entende-se que as ações em destaque estão a nível nacional e foram coordenadas pela Estratégia de Saúde da Família e pelo Programa Nacional de Segurança Pública na perspectiva de rede de atenção. Uma pesquisa semelhante, visando à prevenção da violência e à proteção da saúde física e psicológica de crianças e adolescentes em um

Município em São Paulo, revelou a importância da atuação de secretarias de educação por meio de conhecimentos sobre o fluxo de trabalho e orientações acerca de casos de violência (FIGUEIREDO *et al.*, 2013). Programas de prevenção à violência orientam não somente os pais, mas são extremamente necessários aos profissionais que lidam com este público, uma vez que, ações através de uma prevenção ecossistêmica, agindo através de macro ações– Estado, sociedade, cultura - podem gerar consequências positivas nos microsistemas (famílias, comunidades).

Ao considerar os diversos adultos que participam do ambiente das crianças, promove-se uma intervenção e prevenção na reprodução de padrões sociais de perpetuação de violência (FIGUEIREDO *et al.*, 2013). Silva e Williams (2016) destacam que o Programa ACT, por meio de seus manuais de aplicação, *é um facilitador* no entendimento sobre os comportamentos infantis em cada etapa do desenvolvimento para os profissionais e famílias, enfatizando a importância de monitorar e guiar o comportamento sem o uso da violência e prevenir a exposição de crianças à ambientes violentos. Neste sentido, deve-se promover ambientes seguros na expectativa de promoção da saúde e direitos de bem-estar e cidadania de crianças e adolescentes, resguardando os seus direitos *básicos e contribuindo para que a reprodução de relações de violência cesse na sociedade em geral* (FIGUEIREDO *et al.*, 2013; SILVA; WILLIAMS, 2016; MINAYO *et al.*, 2018; GUIMARÃES, 2018).

Em uma amostra geral, apenas 1 manuscrito foi encontrado sobre o programa ACT- *Raising Safe Kids* destacando, então, sua estrutura de encontros e modelos de aplicação. Em sua maioria, os artigos levantados na Revisão Integrativa para estudo final destacam a importância da prevenção à violência nos diferentes sistemas - a família, sociedade e Estado –sem destacara prática de intervenção a partir de protocolos com encontros sistematizados. Ainda, é possível afirmar que a implementação do Programa ACT em diversos contextos de proteção à criança tem potencial para gerar consequências eficazes no que se refere à prevenção da violência e sua perpetuação, em razão de abordar temas estratégicos sobre desenvolvimento infantil, exposição da criança à violência, resolução de conflitos de maneira positiva e sobre disciplina positiva e estilos parentais (SILVA; WILLIAMS, 2016).

Meneghel e colaboradores (2000) realizaram uma pesquisa na Escola de Saúde Pública com pais abusivos incluindo como procedimento o uso de oficinas denominado de “Grupo de Apoio às Famílias do bairro Partenon” e usaram temas como a diminuição dos comportamentos agressivos, história de vida e autoestima. Dessa maneira, os estudos selecionados na revisão integrativa sugerem a implementação de intervenções com os programas como o ACT, bem como, a continuação do trabalho em rede para potencializar o desenvolvimento saudável das famílias e o manejo das consequências da violência (MENEGBEL *et al.*, 2000; SILVA; WILLIAMS, 2016; MINAYO *et al.*, 2018).

Apesar dos avanços das políticas públicas no combate à violência infantil, a

implementação de ações que reduzam os casos e as consequências da exposição ainda se apresenta como um grande desafio (GUIMARÃES, 2018). Considerando a violência infantil como problema de saúde pública, os resultados da revisão sobre programas de prevenção à violência infantil mostram-se inexpressivos, se comparados à amplitude deste fenômeno. Fica evidente que muitos desafios ainda persistem, ressaltando que o combate à violência, em suas distintas formas de expressão, precisa tornar-se prioridade nas ações de saúde, educação e assistência, conforme ainda demonstram sua magnitude e impactos na qualidade de vida da população (MINAYO *et. al*, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um problema de saúde pública, entendemos que as ações de prevenção à violência infantil, bem como seu combate, estão entorno de ações coletivas, exigindo esforço de todas as esferas que compõem o ambiente da criança. Discutimos neste artigo capítulo como se faz necessário ensinar aos cuidadores como educar uma criança em ambiente seguro, bem como, ensiná-los sobre as consequências geradas após exposição à violência no desenvolvimento desse indivíduo. Por fim, as ações preventivas que envolvam diferentes contextos são essenciais para a redução dos riscos de violência, pois ações integradas de proteção são necessidades e direitos fundamentais que geram qualidade no desenvolvimento da infância e da adolescência.

É sabido que crianças se encontram em estágio de desenvolvimento biopsicossocial peculiar e que tem necessidades especiais e imediatas. Assim, o acolhimento das demandas que compreendem a família, escola e grupos sociais é uma estratégia de proteção e promoção da qualidade de vida, principalmente, a partir de uma perspectiva ecossistêmica, considerando a interação entre o indivíduo e seu meio ambiente.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Carla; MACHADO, Carla. Abuso sexual na infância e adolescência: Resiliência, competência e coping. **Análise Psicológica**, vol. 30 n. 1-2, 2012 p. 63-77. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100007&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 13 fev. 2020.

ASSIS, Simone Gonçalves.; AVANTI, Joviana Quintes ; PESCE, Renata Pires; XIMENES, Liana Furtado. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 14 n. 2, 2009 p. 349-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200002>. Acesso: 14 fev. 2020.

BARRETO, André de Carvalho. Paradigma Sistêmico No Desenvolvimento Humano E Familiar: A Teoria Bioecológica De UrieBronfenbrenner. **Psicologia em Revista**, v. 22 n. 2, 2016, p. 275-293. Disponível em: <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P275>. Acesso: 17 fev. 2020.

BORTOLINI, Marcela; WAINER, Ricardo; REIS, Aline Henrique(org). O modelo teórico de orientação a pais na terapia do esquema. *In: Terapia do esquema com crianças e adolescentes: do modelo teórico à prática clínica*. Campo Grande: Episteme, 2019. p. 193-208.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D , 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso: 25 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde** . Recurso educacional aberto em português, 2010. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/05/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf. Acesso:16 mai. 2019.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. A ecologia dos processos de desenvolvimento. In.: W. Damon & RM Lerner (orgs.), **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**. v. 1, 5 ed., pp. 993-1028. New York: John Wiley, 1998.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COSTA, Maria Conceição O.; BIGRAS, Mare. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12 n. 5, 2007 p. 1101-1109. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500002>. Acesso em: 14 fev. 2020.

EGRY, Emiko Yoshikawa; APOSTOLICO, Maíra Rosa; MORAIS, Teresa Christine Pereira. Enfrentamento da violência infantil numa perspectiva de rede:: o entendimento dos profissionais da atenção primária em saúde. **Investigação Qualitativa em Saúde**[S.l.], v. 2, p. 1464-1471, 07 jul. 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/904/888> Acesso: 16 fev. 2020.

FLORENTINO, BrunoRicardo B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>. Acesso: 18 de jul. 2019

FIGUEIREDO, Reginaet *al*. Adoção de orientações visando à prevenção da violência contra escolares: uma ação conjunta entre a saúde e a educação. **Revista Inst. Saúde**, v. 14,n. 3: p. 335-343, ago. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047123> Acesso em: 17 fev. 2020.

GALONI, Luana Luiza; PEIXOTO, Ana Cláudia A. **Programa de prevenção e intervenção contra a violência UFRRJ - LEVICA**. Em: Congresso Brasileiro de Terapias Cognitivas da FBTC, 11. Foz do Iguaçu, 2017.

GUIMARÃES, Mariana Ramos. Criança e adolescente em situação de violência: o desafio da atenção integral e da intersetorialidade. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Ciências do cuidado em Saúde) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7121/1/Mariana%20Ramos%20Guimaraes.pdf>. Acesso: 19 de jul. 2019.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Terapia cognitivo comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *In: PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo (Orgs). Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 299-310.

KEITA, Gwen Puryear. Something to celebrate. **Monitor on Psychology**, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 45., 2011. Disponível em: <https://www.apa.org/monitor/2011/05/itpi>. Acesso: 19 de jul. 2019

LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo; HABIGZANG, Luísa F. Violência contra adolescentes. In: NEUFELD, Carmen Beatriz (Org). **Terapia Cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre, Artmed, 2017. p. 400.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, a. 4, n. 1, 2004, p. 63-77, 1º Semestre. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/11111/8805> Acesso em: 22 de Jul. 2019

MENEGHEL, Stela; ARMANI, Teresa; SEVERINO, Rosa; GARCIA, Ana Maria; MAFIOLETI, Beno; FOCHI, Eunice; RODRIGUES, Fabiana; ARMANI, Luciara; OLIVEIRA, Mara; RODRIGUES, Rosclair. Cotidiano violento: oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2000 p. 193-203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-8123200000100017>. Acesso: 18 de jul. 2019. _____

MIGUEL, Jessica J.; HOWE, Tasha R. Implementing & evaluating a national early violence prevention program at the local level: Lessons from ACT (Adults & Children Together) Against Violence. **Journal of Early Childhood & Infant Psychology**, v. 2, 17- 38, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309105673_Implementing_and_evaluating_a_national_early_violence_prevention_program_at_the_local_level_Lessons_from_ACT_Adults_and_Children_Together_Against_Violence. Acesso: 15 mai. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, ASSIS, Simone Gonçalves, (org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves da; ASSIS, Simone Gonçalves de. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.6, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04962018>. Acesso: 18 jul. 2019

MUSSERA, Nicole; ZALEWSKIA, Maureen; STEPPB, Stephanie; LEWISA, Jenifer. A systematic review of negative parenting practices predicting borderline personality disorder: are we measuring biosocial theory's 'invalidating environment'? **Clinical Psychology Review**, v. 6, p. 1-16, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2018.06.003>. Acesso: 19 jul. 2019.

NEUFELD, Carmen Beatriz (org.). **Terapia Cognitivo-comportamental para adolescentes: uma perspectiva transdiagnóstica e desenvolvimental**. Porto Alegre, Artmed, 2017. 400 p.

PÉREZ-LÓPEZ, Julio; MARTÍNEZ-FUENTES, María Teresa; DÍAZ-HERRERO, Ángela; BRITO DE LA NUEZ, Alfredo G. Prevención, promoción del desarrollo y atención temprana en la Escuela Infantil. **Educar em Revista**, n. 43, 2012, p. 17-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100003>. Acesso: 18 jul. 2019

PETERSEN, Circe. Avaliação inicial de crianças: a dimensão bioecológica do desenvolvimento humano. In: PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte** – Porto Alegre: Artmed, 2011. p.32-45.

POLETTO, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 3., 2008 p. 405-416. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-166x2008000300009&script=sci_abstract&lng=pt . Acesso: 19 jul. 2019.

PONTES, Luciana Barbalho. Avaliação da eficácia de programa de capacitação parental universal (ACT) pelo uso da observação. **Dissertação** (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7215>. Acesso: 18 de jul. 2019

RIOS, Karyne de Souza Augusto.; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. **Psicologia em Estudo**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 799-806, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400018&lng=pt&nrm=so&lng=pt. Acesso: 20 fev. 2020.

SILVA, Julia. Programa ACT para Educar Crianças em ambientes seguros. **American Psychological Association**. Washington, 2011.

SILVA, Jéssica A.; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti A.. Um Estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 743-755, 2016. Associação Brasileira de Psicologia. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-19Pt>. Acesso: 21 fev. 2020.

SOUSA, Grazielly Mendes; DAMASCENO, KamillaChrystina.Ferreira.; BORGES, Livia. deCarvalhoFarias. Estratificação dos tipos de violência notificados pelo SINAN, no município de Port Nacional, TO, em 2014. **Revista Interface** (Porto Nacional), [S.l.], n. 11, jun. 2016. ISSN 2448-2064. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/2134>. Acesso: 23 set. 2019_

THOMANIZE, Angélica Malman; OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; VIEIRA, Cláudia Silveira. **Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar por enfermeiros em serviços de pronto-atendimento**. *Revista eletrônica de enfermagem*, v. 11, n.4. 2009, p.830-40. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/v11n4a08.htm>. Acesso: 15 ago. 2019

WOLFE, David A.; JAFFE, Peter G. Emerging strategies in the prevention of domestic violence. **Futures of Children**, v. 9, n. 3, 1999, p. 133-144. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1602787?origin=crossref&seq=1>. Acesso: 17 de jul. de 2019

YOUNG, Jeffrey; KLOSKO, Janet; WEISHAAR, Marjorie. **Terapia do esquema**: Guia de técnicas Cognitivo-comportamentais inovadoras. Porto Alegre: Artmed, 2008.

	Autor	Artigo	Palavra-chave	Objetivos	Recursos	Amostra
1	MENEGHEL, Stela <i>et al.</i> 2000.	Cotidiano violento: oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre	Violência contra Crianças e Adolescentes; Promoção da Saúde Mental.	Construir, realizar e avaliar uma oficina de promoção à saúde com famílias em situações fragilizadas (Hita, 1998) de um bairro da cidade de Porto Alegre.	Intervenção com oficina de trabalh	Famílias de baixa renda procedentes do bairro Partenon em Porto Alegre - RS
2	SILVA, Jéssica de Assis; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. 2016.	Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros	Violência contra a criança, prevenção universal, programa ACT	Relatar um estudo de caso descrevendo uma intervenção feita a uma mãe com o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros - programa de prevenção universal à violência contra a criança	Questionário de Avaliação do Programa ACT. Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006) Inventário de Autoavaliação para Adultos de 18 a 59 anos (Achenbach & Rescorla, 2001) AdultBehavior Check-List2 (ABCL) ChildBehavior Checklist3 (CBCL) Diário de Campo	Estudo com uma mãe
3	THOMANIZE, Angélica Malman; OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; VIEIRA, Cláudia Silveira. 2009.	Atenção à crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar por enfermeiros em serviços de pronto-atendimento	Criança; Adolescente; Violência doméstica; Enfermagem	Identificar de que forma acontece o atendimento de enfermagem às crianças e aos adolescentes vítimas de violência intrafamiliar nos serviços de pronto-atendimento de instituições de saúde conveniadas ao SUS no município de Cascavel-Paraná.	Entrevista semiestruturada	13 enfermeiros dos serviços de pronto-atendimento de instituições de saúde pública integrantes do Sistema Único de Saúde
4	MINAYO, Maria Cecilia de Souza, <i>et al.</i> 2018.	Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafio	Violência; Política de saúde; Morbidade; Mortalidade	Oferecer um panorama das estratégias e ações implementadas no âmbito do Sistema Único de Saúde, tomando como norte a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência.	Análise de dados	Diretrizes da política
5	GUIMARÃES, Mariana Ramos. 2018.	Criança e adolescente em situação de violência: o desafio da atenção integral e da intersetorialidade	Maus-tratos infantis; assistência integral à saúde; cuidado da criança; ação intersetorial	conhecer as ações e estratégias de atenção integral à criança e ao adolescente vítimas de violência no município de Niterói	Análise de dados, estudo etnográfico, semiestruturada	Fichas de notificação de violência interpessoal e profissionais do Projeto de vigilância às violências de Niterói

6	Figueiredo, Regina, <i>et al.</i> 2013.	Adoção de orientações visando à prevenção da violência contra escolares: uma ação conjunta entre a saúde e a educação	Escola, violência, crianças e adolescentes, educação em saúde, saúde preventiva	Relatar a promoção de ações pela Secretaria de Educação do Município de Diadema (SP) visando à prevenção da violência e à proteção da saúde física e psicológica de crianças e adolescentes.	Treinamentos sobre o Protocolo de Orientação de Escolas Municipais em Casos de Violação aos Direitos de Crianças e Adolescentes	180 diretores e vice-diretores de todas as 86 escolas da rede municipal de ensino de Diadema.
7	ASSIS, Simone Gonçalves.; AVANTI, Joviana Quintes ; PESCE, Renata Pires; XIMENES, Liana Furtado. 2009.	Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência.	Criança; Adolescente; Saúde mental; Violência	Apresentar dados epidemiológicos e refletir sobre as variadas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes brasileiros e sobre as condições de saúde mental desse grupo etário	-	Estudos epidemiológicos desenvolvidos em escolas e comunidades brasileiras sobre o assunto
8	COSTA, Maria Conceição O.; BIGRAS, Mare. 2007.	Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência	Saúde, Qualidade de vida, Infância, Adolescência	Apresentar à luz da literatura recente, as estratégias individuais e coletivas voltadas à proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência		
9	PÉREZ-LÓPEZ, <i>et al.</i> 2012.	Prevenção, promoção do desenvolvimento e atenção precoce na Escola Infantil	Atenção precoce; prevenção primária; promoção do desenvolvimento infantil; educação infantil; creche	Evidenciar a importância e a necessidade de implementar, no âmbito da atenção precoce, programas de prevenção primária destinados a promover o desenvolvimento infantil e o ajuste familiar e escolar	Escalas Bayley de desenvolvimento (BSID-II) (BAYLEY, 1993). Índice de desenvolvimento Mental – IDM Índice de Desenvolvimento Psicomotor – IDP	64 crianças e suas respectivas famílias

Quadro1 Resultado da Revisão Integrativa da Literatura

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto legal 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Acessibilidade 138, 194, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 260, 263, 264

Acolhimento 63, 153, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 201

Adolescência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 24, 25, 26, 54, 57, 74, 75, 76, 79, 87, 97, 145, 150, 151, 153, 154, 158, 180

Ansiedade 18, 24, 26, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 86, 94, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 145, 150, 185, 194, 196, 224

Avaliação psicológica 38, 72, 73, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

B

Bem-estar 65, 73, 84, 85, 87, 91, 96, 99, 102, 103, 108, 109, 110, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 152, 211, 216

Bullying 90, 97, 99, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183

C

Cargas de trabalho 229, 230, 233, 236

CFP 43, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 186, 189, 195, 214

Cognição 29, 37, 38, 209

Covid-19 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 185, 195

D

Demência 31, 36, 37, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Desenvolvimento infantil 3, 8, 9, 12, 28, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 98, 145, 147, 152, 158, 162, 171

Diabetes mellitus 205, 206, 212, 213, 215, 227, 228

Direitos das mulheres 194, 197, 200

Direitos humanos 102, 109, 113, 116, 120, 122, 127, 128, 129, 131, 186, 187, 188, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 264

E

Ecopark 242, 243, 244, 246, 256, 264

Educação parental 144, 149

Escola 10, 18, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 86, 87, 91, 94, 150, 152, 153, 158, 171, 175, 178, 180, 183, 196, 232

Escuta humanizada 184, 186

Estatutos de identidade 74, 77, 80

Estilo de vida 138, 142, 215, 219, 220, 221, 222, 226

Estresse 22, 60, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 86, 132, 133, 137, 138, 141, 145, 185, 225, 229, 236, 237

Estudantes 46, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 80, 82, 90, 143, 173

F

Feminismo 197, 198, 199

Finitude 159, 160, 169, 170, 171

G

Gestalt-terapia 8, 9, 11, 12, 25, 26, 27, 28

H

Hipoglicemia 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 217

I

Identidade pessoal 5, 12, 74, 78

Idoso 29, 33, 38, 212, 255

Intervenções 25, 43, 47, 60, 84, 91, 96, 100, 126, 132, 138, 142, 149, 150, 152, 224

L

Literatura infantil 159, 161, 168, 170, 171

M

Memória 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 66, 177, 206

Morte 4, 5, 133, 136, 159, 160, 161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 178, 188

Motoristas de aplicativo 229

O

Orientação profissional 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 71, 72, 73, 119

P

Pandemia 51, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 117, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 188, 195, 215

Parentalidade 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 83, 84, 86, 88,

89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100
Planejamento 15, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 102, 212, 216, 245, 249, 264
Práticas parentais 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 146, 147, 149, 151
Prioridade econômica 101, 105, 107, 108, 110
Prioridade humanitária 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110
Profissionais da saúde 132, 133, 134, 135, 137, 138, 13
Programa Raising Safe Kids 144, 148
Programas de prevenção 144, 147, 151, 152, 153, 158, 224
Projeção 78, 172, 175, 179, 180, 216
Psicanálise 1, 2, 7, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 181, 182, 265
Psicología 55, 196
Psicologia existencial 159
Psicólogo 9, 27, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 65, 67, 71, 72, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 189, 265
Psicólogo escolar 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 55, 56, 65, 72

R

Relação pais e filhos 83, 8
Resoluções 104, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 247

S

Saúde mental 2, 8, 26, 61, 62, 63, 65, 69, 70, 71, 73, 110, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 155, 157, 158, 160, 224, 232
Saúde psíquica 1, 2, 3, 4, 6, 94

T

Teoria do amadurecimento 1, 7, 28
Terapia cognitivo-comportamental 61, 215, 218, 226, 227, 228

U

Uberização 229, 239, 240, 241
Universidade 8, 26, 29, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 73, 81, 82, 100, 101, 104, 154, 156, 159, 170, 171, 172, 196, 197, 205, 239, 265

V

Validação 101, 103, 109, 123, 131, 150
Violência contra a mulher 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 198

Violência infantil 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

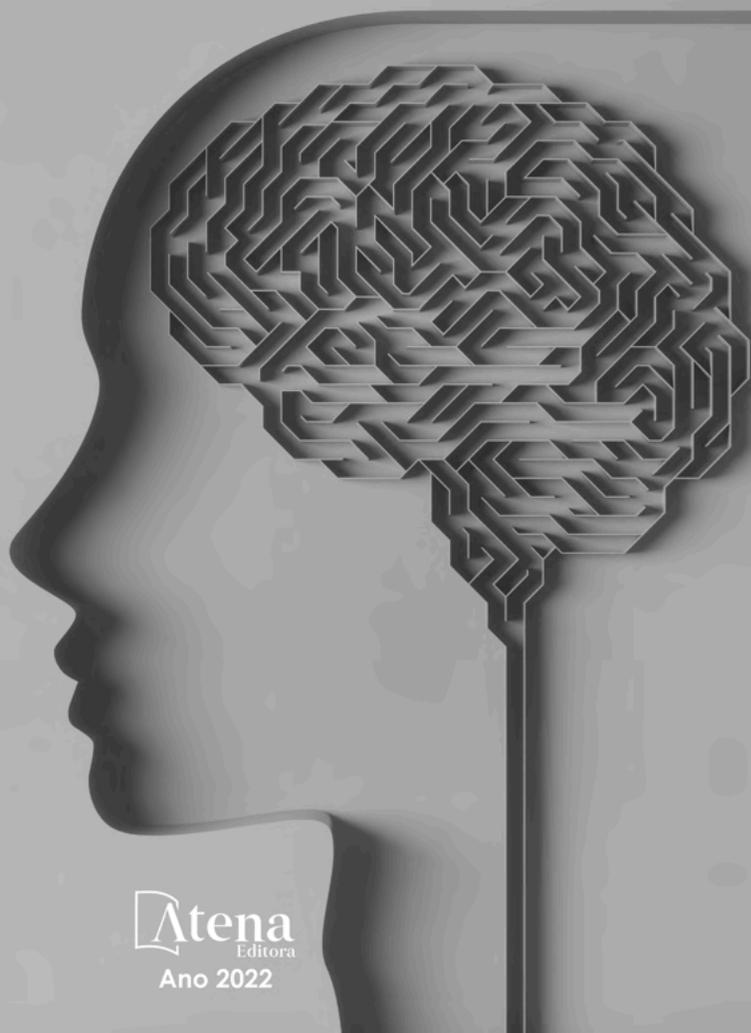
W

Winnicott 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 28

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



Atena
Editora
Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

e seu(s) objeto(s) de estudo



Atena
Editora
Ano 2022